



nemus

Movhera - Hidroelétricas
do Norte, S.A.

**PROGRAMA ESPECIAL DA
ALBUFEIRA DE FOZ TUA**

ELEMENTOS FINAIS

Volume 5

RESUMO NÃO TÉCNICO DO
PROGRAMA ESPECIAL DA ALBUFEIRA
DE FOZ TUA

Julho de 2022 T11079_05

Movhera - Hidroelétricas
do Norte, S.A.

**PROGRAMA ESPECIAL DA
ALBUFEIRA DE FOZ TUA**

ELEMENTOS FINAIS

Volume 5

RESUMO NÃO TÉCNICO DO
PROGRAMA ESPECIAL DA ALBUFEIRA
DE FOZ TUA

Julho de 2022 T11079_05

Programa Especial da Albufeira de Foz Tua

Elementos Finais

Volume I – Relatório

**Tomo I – Levantamento / Caracterização da
Situação de Referência**

Tomo 2 – Diagnóstico e proposta

Tomo 3 – Modelação da Qualidade da Água

Modelo Territorial

Volume 2 – Diretivas

Volume 3 – Programa de Execução e Plano de Financiamento

Volume 4 – Relatório Ambiental e resumo não técnico

Tomo I – Relatório Ambiental

Tomo 2 – Resumo Não Técnico

Volume 5 – Resumo Não Técnico do PEAFT

Anexo Cartográfico

Desenhos

Fontes

Regulamento de Gestão da Albufeira de Foz Tua

ÍNDICE

1. O que é um Resumo Não Técnico?	I
2. O que é o Programa Especial da Albufeira de Foz Tua (PEAFT)?	I
3. Qual a área do PEAFT?	2
4. Quais os elementos que constituem o PEAFT?	4
5. Qual a visão, os princípios e os objetivos do PEAFT?	5
6. Qual o modelo territorial definido para a área do PEAFT?	7
7. Quais as regras definidas para a área do PEAFT?	10
O que são as Normas gerais e quais as temáticas onde atuam?	11
O que são Normas específicas e qual o normativo a estabelecer?	11
O que são Normas de gestão e qual o normativo a estabelecer?	17
O que é o Regulamento de Gestão e qual o normativo a estabelecer?	18
8. Quais as medidas e ações definidas para a concretização do PEAFT?	23
Anexo – Desenhos	27
Desenho I – Enquadramento administrativo do PEAFT	

Modelo Territorial

Siglas e Acrónimos

AHFT – Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, 2	PGF – Plano de Gestão Florestal, 13
AIA – Avaliação de Impacte Ambiental, 10	PMOT - Plano municipal de ordenamento do território, 13
APA – Agência Portuguesa do Ambiente, 1	PNRVT – Parque Natural Regional do Vale do Tua, 10
NPA – Nível de Pleno Armazenamento, 2	RNT – Resumo Não Técnico, 1
PEAFT – Programa Especial da Albufeira de Foz Tua, 1	

I. O que é um Resumo Não Técnico?

O **Resumo Não Técnico** (RNT) é um documento que integra o **Programa Especial da Albufeira de Foz Tua** (PEAFT), mas que é editado de forma autónoma, visando facilitar a sua divulgação, em particular durante a etapa de consulta pública.

O RNT procura descrever de forma sintética, e em linguagem corrente, as principais informações presentes no PEAFT. O conteúdo aqui apresentado encontra-se desenvolvido em maior detalhe nos relatórios que compõem o PEAFT e que poderão ser consultados, durante o processo de consulta pública, na Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I.P.), nos municípios abrangidos pelo programa (Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor) e no sítio da internet Participa (<http://participa.pt/>).

2. O que é o Programa Especial da Albufeira de Foz Tua (PEAFT)?

A construção da barragem de Foz Tua deu origem a uma **albufeira de águas públicas de serviço público**, a albufeira de Foz Tua, nos termos do regime jurídico de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público (Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março). Foi **classificada como albufeira protegida**, uma vez que se prevê que possa vir a ser utilizada para o abastecimento público (através da Portaria n.º 91/2010, de 11 de fevereiro). Para além do abastecimento público, a albufeira tem como uso principal a produção de energia elétrica.

Para garantir a proteção da albufeira, do seu leito e margens, bem como dos terrenos envolventes, o regime jurídico de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público, em conjunto com o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), definem a necessidade de ser desenvolvido um **programa de albufeira de águas públicas**.

Um programa de albufeira enquadra-se na tipologia de programa especial e **visa estabelecer regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais**, através da definição de ações permitidas, condicionadas ou interditas em função dos respetivos objetivos, prevalecendo sobre os planos diretores municipais, planos de urbanização ou planos de pormenor que incidam na mesma área. Deve ainda incorporar os **objetivos de proteção** estabelecidos no regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público.

3. Qual a área do PEAF?

A área do PEAF é constituída pela **albufeira de Foz Tua** (também designada de **plano de água**) no seu Nível Pleno de Armazenamento (NPA), ou seja, na cota máxima a que pode realizar-se o armazenamento de água na Albufeira (cota 170,00 m) e por uma área envolvente designada de **zona terrestre de proteção**.

Esta zona terrestre de proteção corresponde a uma faixa de 500 metros em torno da albufeira, pontualmente alargada até ao limite de 1000 metros para abranger as medidas consagradas na declaração de impacte ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua (AHFT) e a zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira.

No global, a área de intervenção do PEAF abrange cerca de **3 891 ha**, dos quais 421 ha correspondem à albufeira de Foz Tua, integrando os **distritos de Bragança e de Vila Real**, nos **concelhos de Alijó** (freguesias União das Freguesias de Castedo e Cotas, São Mamede de Ribatua e União das Freguesias de Carlão e Amieiro), de **Carrazeda de Ansiães** (freguesias União das Freguesias de Castanheiro do Norte e Ribalonga, Pombal, Pinhal do Norte e Pereiros), de **Mirandela** (freguesia de Abreiro), de **Murça** (freguesia de Candedo) e de **Vila Flor** (freguesia de Freixiel).

A **figura** seguinte e o **Desenho 1**, em anexo, demonstram o **enquadramento geográfico e administrativo** da área do PEAF, considerando o plano de água e a zona terrestre de proteção.

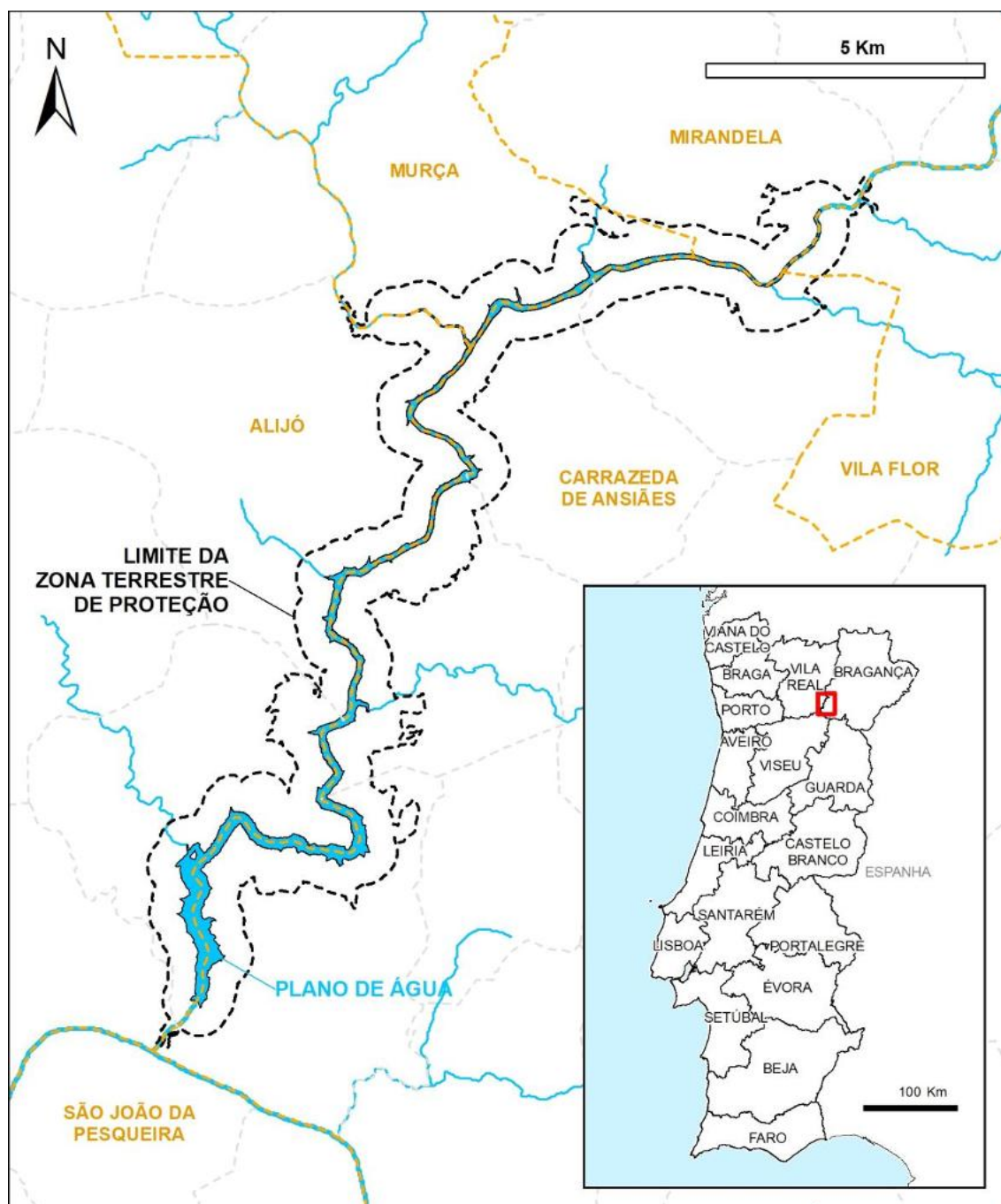


Figura 1 – Enquadramento geográfico e administrativo da área de intervenção do PEAFT

4. Quais os elementos que constituem o PEAF?

O PEAF é constituído pelos seguintes documentos, que podem ser todos consultados no âmbito da discussão pública:

- Volume 1 – Relatório
- Modelo Territorial
- Volume 2 – Diretivas
- Volume 3 – Regulamento de Gestão da Albufeira de Foz Tua
- Volume 4 – Programa de Execução e Plano de Financiamento
- Volume 5 – Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico
- Volume 5 – Resumo Não Técnico do PEAF
- Anexo Cartográfico

O **Relatório** (Volume 1 do PEAF) apresenta a caracterização e diagnóstico da área do PEAF, bem como a fundamentação técnica das opções e objetivos estabelecidos e que levaram à definição do regime de proteção e salvaguarda da albufeira, espacializado num mapa que se designa de **Modelo Territorial** (em anexo).

As **Diretivas** (Volume 2 do PEAF), para além de caracterizarem o Modelo Territorial, definem as normas a aplicar na área do programa, nomeadamente as Normas Gerais, Específicas e de Gestão

O **Regulamento de Gestão da Albufeira de Foz Tua** (Volume 3 do PEAF) contém as disposições aplicáveis ao domínio hídrico, em especial as que se referem às áreas de recreio e lazer, às infraestruturas de apoio e às atividades secundárias, bem com as que dizem respeito a comportamentos suscetíveis de afetar ou comprometer os recursos hídricos. O regulamento vincula as entidades públicas e os particulares.

O **Programa de Execução e Plano de Financiamento** (Volume 4 do PEAF) define um conjunto de intervenções considerado relevante para a concretização efetiva do Modelo Territorial e do normativo associado, a sua estimativa de custos e potenciais financiamentos.

O **Relatório Ambiental** (Volume 5 do PEAF) é o documento que avalia o PEAF no seu conjunto e no qual se identificam, descrevem e avaliam os seus efeitos no ambiente.

5. Qual a visão, os princípios e os objetivos do PEAFT?

A **visão** a prosseguir para a área do PEAFT sustenta-se na necessidade de garantir o Bom Estado da massa de água Albufeira de Foz Tua, bem como os sistemas e aspetos que constituem o seu garante ou que para isso contribuem:

Uma albufeira com Bom Estado, preservada, segura, suporte de atividades recreativas sustentáveis, integrada numa zona de proteção valorizada em termos naturais e paisagísticos e que assegure a proteção da massa de água e a prevenção de riscos.

Os **princípios** orientadores do PEAFT resultam da conjugação dos princípios definidos na Lei de Bases da Política do Ambiente e na Lei da Água, nomeadamente:

- Proteção e gestão integrada, garantindo a proteção da massa de água Albufeira de Foz Tua e da sua envolvente, contemplando a satisfação das necessidades do presente sem comprometer as das gerações futuras, de modo a garantir a sua utilização sustentável;
- Prevenção e precaução, evitando, eliminando ou reduzindo as pressões na massa de água Albufeira de Foz Tua, com origem natural ou humana, existentes e futuras, bem como eventuais riscos;
- Responsabilidade e cooperação, responsabilizando os envolvidos na gestão da albufeira e da sua zona terrestre de proteção, Estado ou privados, para garantir a proteção da água.

Os **objetivos** do regime de proteção da albufeira de Foz Tua são os definidos pelo regime jurídico de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público, nomeadamente:

- Proteger e valorizar os recursos hídricos associados à albufeira;
- Garantir o bom estado ecológico dos recursos hídricos a preservar;
- Proteger e valorizar o território envolvente da albufeira, com o fim de assegurar a qualidade e quantidade dos recursos hídricos, e os ecossistemas aquáticos;
- Garantir o desenvolvimento do uso ou usos principais da albufeira;
- Garantir que as atividades secundárias da albufeira não comprometem os usos principais;
- Harmonizar entre si as diversas atividades secundárias da albufeira;
- Garantir a integridade da paisagem associada aos recursos hídricos objeto de proteção;
- Controlar as situações de degradação ambiental que põem ou que possam vir a pôr em causa a qualidade dos recursos hídricos, bem como promover a adoção de medidas adequadas a fazer cessar tais situações;

- Garantir a segurança de pessoas e bens em situações de risco associadas a cheias e inundações, bem como prevenir riscos ou perigos decorrentes da utilização da albufeira.

Tendo em conta a visão, os princípios e objetivos estabelecidos acima, na **Figura 2** apresenta-se conceptualmente o modelo estratégico do PEAFT, no qual são identificados cinco objetivos estratégicos.



Figura 2 – Modelo estratégico do PEAFT

6. Qual o modelo territorial definido para a área do PEAF?

O **Modelo Territorial** tem como objetivo espacializar os regimes de salvaguarda definidos, assim como o regime de gestão compatível com a utilização sustentável do território, em função dos objetivos fixados para a elaboração do PEAF. São consideradas as **duas realidades territoriais** já referidas:

- Plano de Água, onde a necessidade de preservação da massa de água para garantir os seus usos principais – abastecimento de água e produção de energia – impõe que sejam fixados regimes de proteção que salvaguardem os recursos hídricos e que garantam a segurança da sua utilização;
- Zona Terrestre de Proteção, onde a presença de recursos biofísicos de grande valor e de fatores que podem influenciar a albufeira impõe que sejam fixados regimes de proteção, que permitam compatibilizar o desenvolvimento humano e económico do território com a sua utilização sustentável, garantindo a proteção da albufeira.

Considerando a estratégia de atuação do PEAF, consideram-se ainda as seguintes **componentes territoriais**:

- Componentes Fundamentais – nas quais é feita a espacialização dos regimes de proteção e de salvaguarda, que se concretizam através de Normas Específicas que estabelecem as atividades interditas, condicionadas e permitidas nas áreas abrangidas pelos regimes;
- Componentes Complementares – nas quais são identificados recursos territoriais, de âmbito ambiental, social e económico, que não justificam a adoção de medidas de salvaguarda específicas definidas no âmbito do Programa, mas que são objeto de Normas Gerais, atendendo à sua importância estratégica para o desenvolvimento sustentável da albufeira de Foz Tua.

Os regimes de proteção, salvaguarda e gestão visam alcançar os objetivos estratégicos do PEAF, sendo que as componentes que integram o modelo territorial se encontram representadas cartograficamente no **Modelo Territorial**, em anexo ao presente RNT e que se encontram apresentadas na figura seguinte.

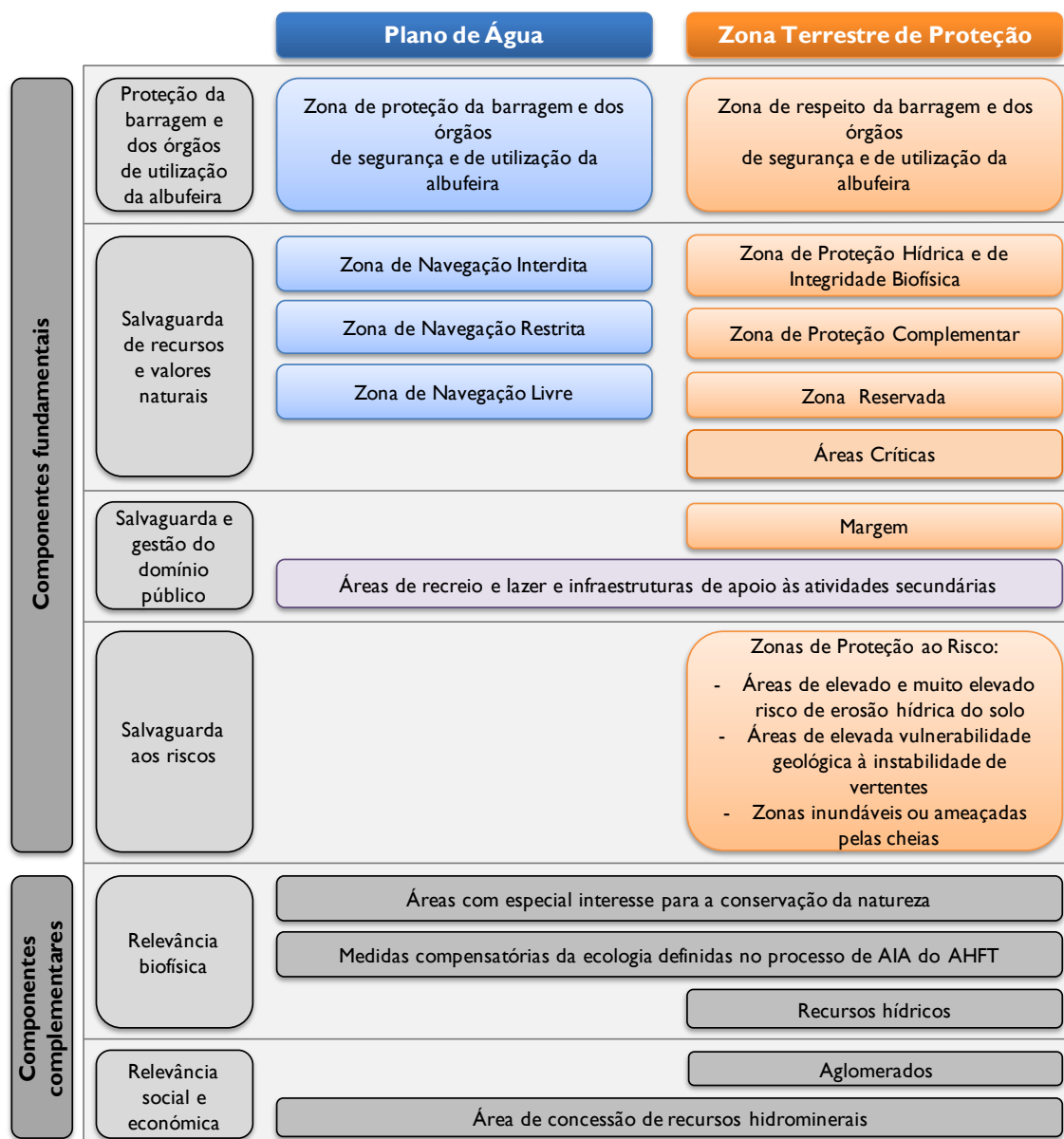


Figura 3 – Estrutura do modelo territorial do PEAF

Desta forma, o **plano de água** subdivide-se nos seguintes quatro níveis de proteção:

- Zona de proteção da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira, com o objetivo de salvaguardar a integridade da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira e garantir a segurança de pessoas e bens;
- Zona de Navegação Interdita, correspondente às zonas do plano de água onde, por questões sobretudo relacionadas com a conservação da natureza ou com a profundidade da albufeira, se pretendem maiores restrições na utilização para navegação recreativa;

- Zona de Navegação Livre, compatível com a execução de determinadas atividades recreativas e turísticas exigentes no que respeita às características do plano de água;
- Zona de Navegação Restrita, com o objetivo constituir uma zona de interface/tampão, para promover a proteção da margem relativamente a atividades que possam ocorrer na Zona de Navegação Livre, e minimizar os riscos, para os utilizadores, associados à vulnerabilidade geológica à instabilidade de vertentes.

A **zona terrestre de proteção** subdivide-se em três níveis de proteção:

- Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira, com o objetivo de salvaguardar a integridade da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira e garantir a segurança de pessoas e bens;
- Zona de Proteção Hídrica e de Integridade Biofísica, com o objetivo de garantir que é potenciada a proteção do solo contra a erosão hídrica, que não são realizadas ações que interfiram com a estabilidade das vertentes e que são preservados os habitats com maior valor ecológico ou em risco, salvaguardando áreas que podem proteger a massa de água Albufeira de Foz Tua;
- Zona de Proteção Complementar, correspondentes a áreas que não têm condicionalismos da segurança dos elementos hidráulicos do AHFT, são menos sensíveis ecologicamente e localizam-se em áreas menos condicionadas relativamente à erosão hídrica do solo e à vulnerabilidade geológica à instabilidade de vertentes, correspondendo, por isso, a áreas onde é admitido um conjunto de ações e atividades menos restritivo.

A estes **níveis de proteção sobrepõem-se**:

- Zonas de Proteção ao Risco:
 - Áreas de elevado e muito elevado risco de erosão hídrica do solo, com o objetivo de salvaguardar a albufeira de interferências negativas resultantes da erosão hídrica do solo nas zonas onde é potencialmente mais intensa;
 - Áreas de elevada vulnerabilidade à instabilidade de vertentes, com o objetivo de salvaguardar a zona terrestre de proteção e a albufeira de interferências negativas resultantes desse fenómeno, bem como salvaguardar pessoas e bens;
 - Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias, com o objetivo de salvaguardar pessoas e bens;
- Áreas críticas, correspondentes a linhas de água cujas galerias ripícolas devem ser recuperadas com o objetivo de promover a continuidade ecológica;
- Zona reservada, tendo como objetivos: contribuir para o bom estado dos recursos hídricos; minimizar processos erosivos com repercussões nos recursos hídricos; potenciar a preservação e a regeneração natural do coberto vegetal; contribuir para a conservação das espécies de fauna; e prevenir e evitar usos, atividades ou utilizações que não sejam de apoio à albufeira;

- Margem, assegurando funções essenciais na proteção e salvaguarda das massas de água, na preservação da dinâmica dos processos físicos e biológicos associados à interface terra-água, visando ainda o interesse geral de acesso às águas, de passagem ao longo das águas e, também, a fiscalização e policiamento das águas pelas entidades competentes.

Aos **níveis de proteção do plano de água e da zona terrestre de proteção sobrepõem-se** seis áreas de recreio e lazer e infraestruturas de apoio às atividades secundárias – Barragem, Amieiro, São Lourenço, Brunheda, Sobreira – Fluvina e Sobreira – Foz da Ribeira de Milhais – que podem abranger as seguintes tipologias de funções: atividade marítimo-turística, náutica de recreio, uso balnear, pesca e atividade ferroviária de transporte de passageiros. As infraestruturas de apoio à pesca recreativa a as áreas de prática balnear podem ou não ser localizadas no interior das Áreas de Recreio e Lazer e Infraestruturas de Apoio às Atividades Secundárias.

Como **componentes complementares**, distinguem-se:

- Áreas com especial interesse para a conservação da natureza, integrando o Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT), áreas com sensibilidade ecológica elevada e muito elevada e habitats em risco;
- Medidas compensatórias da ecologia definidas no processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do AHFT;
- Recursos hídricos, que para além da massa de água Albufeira de Foz Tua, correspondem a sete massas de água superficiais naturais afluentes à albufeira de Foz Tua e uma massa de água superficial fortemente modificada, a jusante da albufeira;
- Aglomerados que constituem o sistema urbano da área do PEAF – Fiolhal, Amieiro, São Lourenço e Sobreira;
- Áreas de concessão de recursos hidrominerais, sujeitas a regimes próprios decorrentes da concessão atribuída, sendo importantes do ponto de vista da economia local e para o desenvolvimento do turismo termal - São Lourenço e Caldas do Carlão.

7. Quais as regras definidas para a área do PEAF?

O PEAF define regras através dos documentos **Diretivas e Regulamento de Gestão da Albufeira de Foz Tua**. No documento Diretivas podem encontrar-se as já mencionadas normas gerais, específicas e de gestão. Seguidamente apresenta-se a descrição de cada uma das tipologias de normas, assim como do Regulamento de Gestão da Albufeira.

No caso das **normas específicas**, de **gestão** e do **regulamento de gestão**, apresenta-se também uma síntese do normativo previsto.

O que são as Normas gerais e quais as temáticas onde atuam?

As **Normas gerais** constituem orientações dirigidas às entidades públicas, que devem atendê-las no âmbito da sua atuação e do planeamento. Visam a salvaguarda de objetivos de interesse nacional com incidência territorial delimitada, em função dos valores e recursos existentes e a garantia das condições de permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território e que concretizam o regime de gestão compatível com a mesma. As normas gerais, 13 no total, atuam sobre as seguintes temáticas:

- Proteção dos recursos hídricos e ecossistemas associados;
- Proteção dos sistemas biofísicos, da paisagem e do património;
- Prevenção dos riscos e segurança;
- Proteção e aproveitamento de ocorrências termais;
- Agricultura e florestas;
- Aglomerados;
- Produção de energia;
- Abastecimento público e saneamento;
- Rega.

O que são Normas específicas e qual o normativo a estabelecer?

As **Normas específicas** estabelecem ações permitidas, condicionadas ou interditas, concretizando os regimes de salvaguarda do PEAFT. O seu conteúdo deve ser integrado nos instrumentos de gestão territorial, especificamente nos planos diretores municipais, quando aplicável, vinculando entidades públicas e particulares ao seu cumprimento.

Em termos de normativo são definidas 27 normas no total, que se sintetizam nos quadros seguintes.

Quadro 1 – Síntese das normas específicas aplicáveis ao plano de água

Tipo	Descrição / conteúdo
Ações e atividades permitidas	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestruturas e instalações previstas para as Áreas de Recreio e Lazer e de apoio às atividades secundárias e para as Zonas afetas à prática balnear • Previstas nas Medidas Compensatórias definidas no processo de AIA do AHFT • Obras de estabilização e consolidação nas áreas interníveis para assegurar a segurança de pessoas ou bens ou a segurança da barragem • Ações que minimizem o impacto visual resultante da variação do nível de água da albufeira
Ações e atividades interditas	<ul style="list-style-type: none"> • Edificação, exceto infraestruturas e instalações para as Áreas de Recreio e Lazer e de apoio às atividades secundárias e para as Zonas afetas à prática balnear • Atividades agrícolas e mobilização de solos nas áreas interníveis • Estabelecimentos de aquicultura • Extração de inertes no leito da albufeira, exceto por razões ambientais ou para garantia do funcionamento das infraestruturas hidráulicas • Rejeição de efluentes de qualquer natureza, mesmo quando tratados, exceto nos casos em que não haja qualquer alternativa técnica viável

Quadro 2 – Síntese das normas específicas aplicáveis à zona terrestre de proteção

Nível de proteção	Descrição / conteúdo
Ações e atividades permitidas	
Zona terrestre de proteção	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestruturas e instalações das Áreas de Recreio e Lazer e de apoio às atividades secundárias e para as Zonas afetas à prática balnear • Medidas Compensatórias definidas no processo de AIA do AHFT • Reabilitação dos ecossistemas ribeirinhos • Desobstrução e regularização de linhas de água com objetivo de manter, melhorar ou repor o sistema de escoamento natural, utilizando técnicas de engenharia natural, exceto em casos excecionais • Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão hídrica do solo e instabilidade de vertentes, nomeadamente recorrendo a muros de suporte e obras de correção torrencial, sempre que possível com técnicas de engenharia natural • Ações que minimizem o impacto visual resultante da variação do nível de água da albufeira • Estruturas para a circulação pedonal ou de bicicletas, e outras estruturas de apoio à fruição pública destinadas à educação e interpretação ambiental e descoberta da natureza • Beneficiação de vias e caminhos municipais, através do alargamento de faixas de rodagem e pequenas correções de traçado
Zona de Proteção Hídrica e Integridade Biofísica / Zona de proteção complementar	<ul style="list-style-type: none"> • Fora do solo urbano: <ul style="list-style-type: none"> – Ações e atividades permitidas na zona terrestre de proteção – Obras de ampliação para suprir ou melhorar as condições de segurança, salubridade e a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sem mudança de uso atual ou com mudança de um uso interdito para um uso compatível

Nível de proteção	Descrição / conteúdo
	<ul style="list-style-type: none"> – Obras de construção, ampliação e urbanização para estabelecimentos termais nas Caldas de Carlão e São Lourenço; – Obras de construção, ampliação e urbanização para instalação de empreendimentos turísticos que potenciem o turismo de saúde e bem-estar na área de concessão de recursos hidrominerais das Caldas de Carlão e de São Lourenço – Desenvolvimento de unidades operativas de planeamento e gestão associadas ao turismo termal, previstas em PMOT à data de entrada em vigor do PEAFT, desde que a ocupação se desenvolva no sentido oposto à albufeira – Estruturas ligeiras associadas ao turismo de natureza e ao usufruto da paisagem • Em solo urbano, as regras dos planos municipais de ordenamento do território em vigor
Zona de Proteção Complementar	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de silvicultura previstas nos respetivos Planos Regionais de Ordenamento florestal compatíveis com as Medidas Compensatórias definidas no processo de AIA do AHFT e com ações de reabilitação dos ecossistemas ribeirinhos • A atividade agrícola utilizando técnicas que minimizem a afluência de nutrientes para a albufeira • Parques de campismo e caravanismo • Construções ligeiras de apoio aos setores da agricultura e floresta, ambiente, energia, recursos geológicos, telecomunicações e turismo • Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes
Margem e Zona Reservada	<p>Fora do solo urbano:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações e atividades permitidas na zona terrestre de proteção • Construção ou montagem de infraestruturas de apoio à utilização da albufeira de águas públicas (plano de mobilidade do Tua) • Obras de estabilização e consolidação das margens • Obras de ampliação de edificação legalmente licenciada na faixa de 50 metros contados a partir do NPA, quando para suprir insuficiências sanitárias e cozinhas e não impliquem a ocupação de terrenos mais avançados, em relação à albufeira, do que a edificação existente • Obras de ampliação de edificação legalmente licenciada situada fora da faixa de 50 metros referida, desde que não impliquem a ocupação de terrenos mais avançados, em relação à albufeira, do que a edificação existente. • Realização de aterros ou escavações para: <ul style="list-style-type: none"> – Obras de estabilização e consolidação das margens – Resultantes da prática agrícola ou florestal, nos casos em que estas atividades não estejam previstas em Plano de Gestão Florestal (PGF), que tenha sido objeto de parecer favorável da autoridade nacional da água – Resultantes da prática agrícola ou florestal, que se encontrem previstos em PGF que tenha sido objeto de parecer favorável expresso da autoridade nacional da água. – Independentemente da sua previsão em PGF ou da sua autorização pela autoridade nacional da água, os aterros e escavações resultantes da prática agrícola ou florestal devem obrigatoriamente aproximar-se das curvas de nível, não podendo ser constituídos depósitos de terras soltas em áreas declivosas e devendo existir dispositivos que evitem o arraste de terras ou solo

Nível de proteção	Descrição / conteúdo
	Em solo urbano: Regras constantes nos planos municipais de ordenamento do território em vigor
Zonas de Proteção ao Risco (elevada vulnerabilidade à instabilidade de vertentes, elevado e muito elevado risco de erosão hídrica do solo e zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias)	<ul style="list-style-type: none"> • Ações e atividades permitidas na zona terrestre de proteção • Obras de construção, ampliação e urbanização para estabelecimentos termais nas Caldas de Carlão e São Lourenço • Obras de ampliação para suprir ou melhorar as condições de segurança, salubridade e a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada
Áreas de elevado e muito elevado risco de erosão hídrica do solo	<ul style="list-style-type: none"> • Ações e atividades que minimizem a perda de solo • Ações e atividades que potenciem a manutenção das formações vegetais autóctones e com valor ecológico • Ações e atividades que potenciem a recuperação de áreas que se encontrem desqualificadas do ponto de vista ecológico, assim como a diversificação dos habitats existentes
Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias	<ul style="list-style-type: none"> • Fora do solo urbano, as obras de construção que tenham, pela sua utilização, de se implantar junto da albufeira, desde que não acarretem o agravamento significativo do risco associado à inundação • No solo urbano, as obras de construção e ampliação de edifícios com pisos abaixo da cota de cheia, que tenham, pela sua utilização, de se implantar junto da albufeira, desde que não acarretem o agravamento significativo do risco associado à inundação
Áreas críticas	<ul style="list-style-type: none"> • Ações e atividades que potenciem a manutenção das formações vegetais ripícolas autóctones e com valor ecológico • Ações e atividades que potenciem a recuperação de áreas que se encontrem desqualificadas do ponto de vista ecológico, assim como a diversificação dos habitats ripícolas existentes
Ações e atividades interditas	
Zona terrestre de proteção	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de atividade industrial • Instalação de explorações pecuárias intensivas, incluindo as avícolas • Armazenamento de pesticidas e de adubos orgânicos ou químicos • Rejeição de efluentes de qualquer natureza, mesmo tratados, nas linhas de água afluentes ao plano de água, exceto quando não haja qualquer alternativa técnica viável • Descarga ou infiltração no terreno de esgotos de qualquer natureza quando excedam valores fixados nos instrumentos de planeamento de recursos hídricos • Instalação de aterros sanitários que se destinem a resíduos urbanos ou industriais • Deposição, abandono ou depósito de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos fora dos locais para tal destinados • Atividades passíveis de conduzir ao aumento da erosão hídrica, ao transporte de material sólido para o meio hídrico ou que induzam alterações ao relevo existente • Introdução de espécies não indígenas da fauna e da flora, em incumprimento da legislação em vigor

Nível de proteção	Descrição / conteúdo
	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de sistemas de produção agrícola intensiva ou visando espécies com caráter invasor ou com risco ecológico conhecido • Instalação de barreiras à conectividade fluvial e piscícola ao longo dos cursos de água • Destruição da vegetação arbórea e arbustiva ripícola autóctone nas margens da albufeira e de todos os cursos de água • Instalação ou ampliação de aterros destinados a resíduos perigosos, não perigosos ou inertes • Abertura ou ampliação de acessos viários e estacionamento, salvo se associados às infraestruturas e instalações previstas no PEAF
Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira	<ul style="list-style-type: none"> • Edificação, com exceção das obras necessárias ao funcionamento da infraestrutura hidráulica
Zona de Proteção Hídrica e Integridade Biofísica / Zona de proteção complementar	<ul style="list-style-type: none"> • Fora do solo urbano, as operações de loteamento, as obras de urbanização, construção, ampliação e obras de escassa relevância urbanística que impliquem o aumento da área de construção, de implantação, da altura das fachadas e a construção de muros, e trabalhos de remodelação de terrenos, que não foram mencionadas como permitidas
Zona de Proteção Hídrica e Integridade Biofísica	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade florestal com rotações curtas em compassos reduzidos • Atividade agrícola com a intensificação de fatores de produção, a artificialização das condições de produção e o aumento do número de plantas por hectare • Nas áreas sujeitas a medidas compensatórias: • Prática de atividades que impliquem a destruição da cobertura vegetal, com exceção para as previstas no programa • Colocação de estruturas que promovam a intensificação da utilização humana, com exceção para as previstas no programa • Realização de ações que alterem o uso do solo, assim como a limpeza e desobstrução da vegetação ribeirinha, exceto se autorizadas
Margem e zona reservada	<p>Fora do solo urbano:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações e atividades interditas na zona terrestre de proteção • Operações de loteamento, obras de urbanização, construção, ampliação, e obras de escassa relevância urbanística que impliquem o aumento da área de construção, de implantação, da altura das fachadas e a construção de muros, e trabalhos de remodelação de terrenos, que não foram mencionadas como permitidas • Instalação ou ampliação de estabelecimentos de aquicultura • Realização de aterros ou escavações que não foram mencionados como permitidos • Instalação de vedações a não ser que constituam a única alternativa viável à proteção e segurança de pessoas e bens • Construção de sistemas de abastecimento, mesmo que amovíveis • Abertura de novas vias de comunicação ou de acesso ou a ampliação das vias existentes sobre as margens • Atividades de prospeção, pesquisa e exploração de massas minerais • Instalação ou ampliação de campos de golfe • A instalação de florestas de produção, cujo regime de exploração seja passível de conduzir ao aumento de erosão hídrica e ao transporte de material sólido para o

Nível de proteção	Descrição / conteúdo
	<p>meio hídrico</p> <p>Em solo urbano:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações e atividades interditas na zona terrestre de proteção • Interdições previstas no Regime jurídico de utilização dos recursos hídricos • Interdições previstas na Lei da Água • Interdições associadas aos objetivos do regime de proteção da albufeira de Foz Tua
Zonas de Proteção ao Risco (elevada vulnerabilidade à instabilidade de vertentes, elevado e muito elevado risco de erosão hídrica do solo e zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias)	<ul style="list-style-type: none"> • Fora do solo urbano, operações de loteamento, obras de urbanização, construção, ampliação, e obras de escassa relevância urbanística que impliquem o aumento da área de construção, de implantação, da altura das fachadas e a construção de muros, e trabalhos de remodelação de terrenos, que não foram mencionadas como permitidas
Áreas de elevado e muito elevado risco de erosão do solo	<ul style="list-style-type: none"> • Destruição do coberto vegetal com funções de proteção • A atividade agrícola e florestal, caso contribua para a erosão hídrica do solo ou não sejam adotadas práticas de conservação do solo para controlo da erosão
Áreas de elevada vulnerabilidade à instabilidade de vertentes	<ul style="list-style-type: none"> • Ações que potenciem a instabilidade das vertentes • Destruição do coberto vegetal • A atividade agrícola e florestal quando contribua para o aumento da instabilidade de vertentes ou não sejam tomadas medidas específicas para a sua redução
Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias	<ul style="list-style-type: none"> • A realização de aterros ou escavações, exceto para as ações e atividades previstas no PEAF • A alteração de uso para fins habitacionais em edifícios existentes, nos pisos atingidos pelas cheias, assim como a criação de novos pisos abaixo da cota de cheia • Fora do solo urbano, as obras de construção que não foram mencionadas como permitidas • No solo urbano, as obras de construção e ampliação de edifícios com pisos abaixo da cota de cheia que não foram mencionadas como permitidas
Áreas críticas	<ul style="list-style-type: none"> • Destruição do coberto vegetal ripícola
Ações e condicionadas ou excecionadas	
Zona terrestre de proteção	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos pré-existentes e juridicamente consolidado, à data de entrada em vigor do PEAF, são excecionados das interdições estabelecidas para a Margem, Zona Reservada, Zona de Proteção Hídrica e Integridade Biofísica, Zona de Proteção Complementar, Zonas de Proteção ao Risco e Áreas Críticas

O que são Normas de gestão e qual o normativo a estabelecer?

As **Normas de gestão** regulam as atividades e comportamentos suscetíveis de afetar ou comprometer os recursos hídricos, com incidência no Plano de Água e Zona Terrestre de Proteção. São normas que contêm, também, os princípios e critérios para o uso e gestão do domínio hídrico, das áreas de recreio e lazer e infraestruturas de apoio à albufeira e às atividades secundárias, abrangendo ainda as zonas contíguas à margem necessárias para a sua execução. Estas normas vinculam as entidades públicas e são desenvolvidas no Regulamento de Gestão da Albufeira de Foz Tua. As normas de gestão são no total 32, sendo sintetizadas nos quadros seguintes.

Quadro 3 – Síntese das normas de gestão

Tipo	Descrição / conteúdo
Gestão do plano de água	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Zonas de navegação interdita</u> – apenas é permitida a prática banear, a pesca, e a navegação a remo e a pedal ou outras embarcações desprovidas de motor ou vela, exceto as relacionadas com atividades de gestão e fiscalização • <u>Zonas de navegação restrita</u> – atividades secundárias condicionadas • <u>Zonas de navegação livre</u> – durante todo o ano, podem ser utilizadas sem qualquer tipo de restrição, podendo ser praticadas todas as atividades permitidas • Áreas de Recreio e Lazer e Infraestruturas de Apoio às Atividades Secundárias, e zonas afetas à prática banear: <ul style="list-style-type: none"> – devem ser infraestruturadas para garantir as funções previstas
Uso e ocupação das Áreas de Recreio e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas de Recreio e Lazer sujeitas ao desenvolvimento de projetos de intervenção • Áreas de Recreio e Lazer podem incluir as seguintes tipologias de funções: <ul style="list-style-type: none"> – Atividade marítimo-turística – Náutica de recreio – Uso banear – Pesca – Atividade ferroviária de transporte de passageiros • Garantia de um conjunto de funções, serviços e infraestruturas consoante as tipologias de funções de cada Área de Recreio e Lazer e também em zonas afetas à prática banear: <ul style="list-style-type: none"> – Todas: acesso viário público, acessos pedonais públicos, estacionamento, instalações sanitárias, meios de comunicação, posto de primeiros socorros, recolha de lixo e limpeza – Atividade marítimo-turística: cais de embarque ou embarcadouro, edifícios de apoio aos cais e abastecimento de combustível numa das áreas – Náutica de recreio: fluvina, rampa ou varadouro, parque de estacionamento para embarcações e atrelados, acesso viário à rampa ou varadouro e balneários – Prática banear: balneários, zona de prática banear, estruturas artificiais/jangadas para utilização banear em segurança, vigilância, assistência e primeiros socorros a banhistas • Às áreas de recreio e lazer podem estar ainda associados estabelecimentos de restauração e bebidas, fora da zona reservada

Tipo	Descrição / conteúdo
Zonas afetas à prática balnear	<ul style="list-style-type: none"> • Podem ou não estar associadas a Áreas de Recreio e Lazer, sendo admitida uma por concelho • Sujeitas ao desenvolvimento de projetos de intervenção • Podem ter associado um apoio comercial com serviço de produtos pré-confecionados e pré-preparados, amovível ou móvel • Garantia das condições para a sua utilização em segurança, devendo ser interditas à navegação e devidamente delimitadas como tal
Zonas de apoio à pesca	<ul style="list-style-type: none"> • Podem ou não estar associadas a Áreas de Recreio e Lazer • Instalação de pontões de pesca, para assegurar a pesca a partir da margem da albufeira
Acessos e áreas de estacionamento	<ul style="list-style-type: none"> • Acessos garantidos preferencialmente através da rede viária existente ou prevista • Acessos e áreas de estacionamento dimensionados em função das cargas a prever • Materiais integrados na paisagem local e assegurando a permeabilidade e o escoamento das águas da chuva
Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestruturas básicas nas áreas de recreio e lazer: abastecimento de água, drenagem e tratamento de esgotos, abastecimento de energia elétrica, sistema de comunicações e recolha de resíduos sólidos • Infraestruturas ligadas à rede pública, sempre que esta exista • Infraestruturas devem ser subterrâneas

O que é o Regulamento de Gestão e qual o normativo a estabelecer?

As normas de gestão são concretizadas no **Regulamento de Gestão** que estabelece o regime para o uso e gestão do domínio hídrico, de zonas de recreio e lazer, e das infraestruturas de apoio à albufeira e às atividades secundárias, abrangendo ainda as zonas contíguas à margem necessárias para a sua execução. Regula ainda as atividades e comportamentos suscetíveis de afetar ou comprometer os recursos hídricos, com incidência no Plano de Água e Zona Terrestre de Proteção. As disposições do regulamento vinculam as entidades públicas e os particulares.

O Regulamento de Gestão é constituído por 27 artigos, apresentando-se uma síntese no quadro seguinte.

Quadro 4 – Síntese do regulamento de gestão da albufeira de Foz Tua

Tipo	Descrição / conteúdo
Atividades permitidas no plano de água	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestruturas e instalações previstas para as Áreas de Recreio e Lazer e de apoio às atividades secundárias e para as zonas afetas à prática balnear • Medidas Compensatórias definidas no processo de AIA do AHFT • Ações de reabilitação dos ecossistemas aquáticos • Manutenção/recuperação de populações de espécies exploradas comercialmente com estatuto desfavorável

Tipo	Descrição / conteúdo
	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação científica aplicada à conservação da natureza e à gestão dos recursos vivos marinhos • Criação de áreas interditas a atividades de pesca, apanha e extração • Pesca profissional e lúdica e a apanha de animais aquáticos • Navegação recreativa e marítimo-turística, propulsionada por motores elétricos, a remo, a pedal e à vela, desde que fora das zonas balneares • Navegação marítimo-turística, propulsionada por motores de combustão interna a quatro tempos, no caso da navegação associada ao Projeto de Mobilidade – Componente Fluvial, incidente no plano de água da albufeira, desde que fora das zonas balneares • Obras de estabilização e consolidação nas áreas internáveis, se imprescindíveis para assegurar a segurança de pessoas ou bens ou a segurança da barragem • Ações que minimizem o impacto visual resultante da variação do nível de água da albufeira • Circulação de embarcações propulsionadas por motores elétricos ou a 4 tempos, destinadas à vigilância, à fiscalização, à manutenção, a operações de socorro e emergência • Pontões de pesca para assegurar a pesca a partir da margem da albufeira
Atividades interditas no plano de água	<ul style="list-style-type: none"> • Obras de estabilização e consolidação nas áreas internáveis que não foram mencionadas como permitidas • Edificação, exceto a prevista para as atividades permitidas • Navegação de recreio e marítimo-turística com embarcações propulsionadas com motor de combustão interna a 2 tempos • Realização de atividades agrícolas e mobilização de solos nas áreas internáveis • Abeberamento do gado • Caça, exceto se prevista no plano de gestão cinegética objeto de parecer favorável por parte da autoridade nacional da água • Instalação ou ampliação de estabelecimentos de aquicultura • Extração de inertes no leito da albufeira, exceto quando tal se justifique por razões ambientais ou para garantia do normal funcionamento das infraestruturas hidráulicas • Estacionamento de embarcações com abandono das mesmas, fora dos locais devidamente identificados e sinalizados para o efeito • Lavagem e abandono de embarcações • Rejeição de efluentes de qualquer natureza, exceto nos casos em que não haja qualquer alternativa técnica viável de ligação à rede pública de saneamento • Deposição, abandono, depósito ou lançamento de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos • Introdução de espécies não indígenas da fauna e da flora • Prática banhar, incluindo banhos ou natação, fora das zonas identificadas pela autoridade nacional da água como águas balneares, exceto no âmbito de concursos, competições ou provas de natação • Circulação de embarcações de recreio motorizadas nas zonas identificadas pela autoridade nacional da água como águas balneares • Realização de atividades subaquáticas, com exceções mencionadas em regulamento • Captação de água para utilização em atividades que potenciem escorrências que possam comprometer a qualidade da água da albufeira

Tipo	Descrição / conteúdo
	<ul style="list-style-type: none"> • A pesca com recurso a engodo, exceto no âmbito de concursos, competições ou provas de pesca desportiva
Zona de proteção da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira	<ul style="list-style-type: none"> • Não são permitidas quaisquer atividades secundárias • Apenas é permitida a circulação de embarcações de socorro e emergência, de fiscalização, de vigilância e de embarcações destinadas à manutenção da barragem
Zona de navegação interdita	<ul style="list-style-type: none"> • Apenas é permitida a prática banhar, a pesca, e a navegação a remo e a pedal ou outras embarcações desprovidas de motor ou vela • Apenas é permitida a circulação de embarcações de socorro, de vigilância, bem como ações que contribuam para a melhoria das suas condições ecológicas, a motor elétrico ou de quatro tempos
Zona de navegação restrita	<ul style="list-style-type: none"> • Interdições <ul style="list-style-type: none"> – Navegação recreativa e marítimo-turística, propulsionada por motores elétricos, a remo, a pedal e à vela, exceto se realizada a velocidade reduzida, suficiente apenas para permitir governar as embarcações e fora das zonas sinalizadas como áreas de elevada vulnerabilidade geológica à instabilidade de vertentes • Sinalização das zonas com risco de instabilidade de vertentes ou outras situações de perigo que possam pôr em causa a utilização do plano de água da albufeira em condições de segurança
Zona navegação livre	<ul style="list-style-type: none"> • Navegação não pode ultrapassar a velocidade máxima de 25 nós • Sinalização das zonas com risco de instabilidade de vertentes ou outras situações de perigo que possam pôr em causa a utilização do plano de água da albufeira em condições de segurança
Atividades interditas na Zona Terrestre de Proteção	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego de herbicidas • Emprego de pesticidas, salvo se justificado pelas boas práticas fitossanitárias • Emprego de adubos químicos azotados ou fosfatados, nos casos que impliquem risco de contaminação de água destinada ao abastecimento de populações e de eutrofização da albufeira • Lançamento de excedentes de pesticidas ou de caldas pesticidas e de águas de lavagem com uso de detergentes • Rejeição de efluentes de qualquer natureza, mesmo quando tratados, nas linhas de água afluentes ao plano de água, exceto nos casos em que não haja qualquer alternativa técnica viável de ligação à rede pública de saneamento • Descarga ou infiltração no terreno de esgotos de qualquer natureza, quando excedam determinados valores • Prática de campismo ou caravanismo fora dos locais previstos para esse fim • Realização de acampamentos ocasionais, exceto nos casos devidamente autorizados • Introdução de espécies não indígenas da fauna e da flora, em incumprimento da legislação em vigor • Encerramento ou bloqueio dos acessos públicos ao plano de água • Caça, em terrenos não ordenados • Prática de atividades desportivas que possam constituir uma ameaça aos objetivos de proteção dos recursos hídricos, que provoquem poluição ou que deteriore os valores naturais, e que envolvam designadamente veículos todo-o-terreno, motocross, moto-

Tipo	Descrição / conteúdo
	quatro, karting e atividades similares
Zona de proteção hídrica e integridade biofísica	<ul style="list-style-type: none"> • Interdição, nas áreas sujeitas a medidas compensatórias da ecologia definidas no processo de AIA do AHFT, de: <ul style="list-style-type: none"> – Prática de desportos de aventura nas escarpas – Prática de atividades desportivas motorizadas ou de outras atividades que gerem elevados níveis de perturbação
Zona reservada e Margem	<ul style="list-style-type: none"> • Interdições: <ul style="list-style-type: none"> – Pernoita e o estacionamento de gado – Aplicação de fertilizantes orgânicos no solo, nomeadamente efluentes pecuários e lamas – Abandono de embarcações nas margens
Áreas de recreio e lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Sujeitas ao desenvolvimento de projetos de intervenção que considerem as condições das áreas a afetar e que contemplem todos os estudos necessários à garantia de segurança de pessoas e bens e à estabilidade do território • Tipologias de funções e integrar em cada área: <ul style="list-style-type: none"> – Barragem, Amieiro e São Lourenço: atividade marítimo turística, náutica de recreio e pesca recreativa – Brunheda: atividade marítimo turística, náutica de recreio, pesca e atividade ferroviária de transporte de passageiros – Sobreira – fluvina e Sobreira – Foz da Ribeira de Milhais: náutica de recreio e pesca recreativa • Equipamentos de apoio para garantir funções e serviços estabelecidos em cada área • Cada área de recreio e lazer, exceto a área de recreio e lazer da Sobreira – fluvina, podem ter associados: <ul style="list-style-type: none"> – Estabelecimento de restauração e bebidas fora da zona reservada (área máxima de construção - 150 m²; área de máxima de implantação, incluindo esplanada descoberta: 200 m²) – Parque de merendas – Parque infantil • Estruturas de acostagem existentes devem permitir a atracação de todo o tipo de embarcações habilitadas para navegar na albufeira, cabendo ao respetivo concessionário a sua gestão
Infraestruturas de apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade marítimo-turística: cais de embarque ou embarcadouro, armazém para material de apoio/zona de apoio ao cais, parque de estacionamento para embarcações e atrelados, interface fluvial/ferroviária (área de recreio e lazer da Brunheda) • Náutica de recreio: fluvina, rampa ou varadouro, parque de estacionamento para embarcações e atrelados, acesso viário à rampa ou varadouro, balneários, armazém para material de apoio. Ainda: <ul style="list-style-type: none"> – Área de recreio e lazer do Amieiro - centro náutico, fora da zona reservada, promovendo o aproveitamento da antiga escola primária do Amieiro. – Área de recreio e lazer da Sobreira – Foz da Ribeira de Milhais – apenas permitida a navegação a remo e pedal ou outras embarcações desprovidas de motor ou vela, podendo ser instalada uma plataforma de acostagem ligeira, sem fixação no leito da albufeira • Pesca a partir da margem: pontão de pesca, parque de estacionamento de apoio

Tipo	Descrição / conteúdo
Equipamentos de apoio	<ul style="list-style-type: none"> Área de construção e de implantação: <ul style="list-style-type: none"> Instalações sanitárias: área mínima de 10 m² Posto de primeiros socorros / comunicações – área mínima de 5 m² Atividade marítimo turística – armazém de material de apoio /zona de apoio ao cais – área máxima de 5 m² Náutica de recreio – armazém para apoio: área máxima de 15 m²; balneários: área mínima de 5 m² Prática banhear – armazém para apoio: área máxima de 5 m²; balneários: área mínima de 5 m² Atividade ferroviária de transporte de passageiros – definidas no Projeto de Mobilidade – Componente Fluvial Quando utilizadas edificações existentes, podem ser mantidas as respectivas áreas de construção Características construtivas: <ul style="list-style-type: none"> Altura máxima da fachada de 3,5 metros, admitindo-se 4 metros em construções já existentes a manter ou quando se trate de dispositivos de sombreamento recolhíveis e respetiva estrutura de suporte Interdita a construção de caves Utilização de materiais de boa qualidade e enquadrados no contexto local
Acessos e estacionamento	<ul style="list-style-type: none"> Circunscritos às condições, dimensionamento e localização atuais Pavimentados com materiais permeáveis Dimensionamento compatível com a preservação dos sistemas biofísicos, podendo quando possível, ser ajustado à capacidade de carga da área de recreio e lazer; referência que cada viatura ligeira - transporte 3,5 utilizadores e 20 m². Zonas de estacionamento regularizadas e delimitadas, considerando enquadramento paisagístico e arborização, zonas específicas para circulação pedonal e prevendo a ligação com as diversas zonas funcionais da Área de Recreio e Lazer
Prática banhear	<ul style="list-style-type: none"> Áreas sujeitas ao desenvolvimento de projetos de intervenção que considerem as condições das áreas a afetar e que contemplem todos os estudos necessários à garantia de segurança de pessoas e bens e à estabilidade do território Infraestruturas de apoio: balneários, zona de prática banhear, estruturas artificiais/jangadas para utilização banhear em segurança, armazém para material de apoio Cada zona afeta à prática banhear cuja distância à Área de recreio e lazer inviabilize a utilização das infraestruturas que lhe estão associadas, pode ter associado um apoio comercial com serviço de produtos pré-confecionados e pré-preparados, amovível ou móvel, com área máxima de construção de 25 m² Permitida a instalação de estruturas artificiais/jangadas, de exclusivo apoio aos banhos, constituídas por estruturas ligeiras, de boa qualidade e baixa reflexão solar, que possam facilmente ser removidas e adaptáveis às oscilações do nível da albufeira Condições: <ul style="list-style-type: none"> Área máxima de 500 m², incluindo área das piscinas fluviais, a zona de apoio, jangadas e zonas de salto, não sendo permitida a instalação de qualquer construção, abrigo ou equipamento fixo, com exceção dos necessários para vigilância e socorro a banhistas Afastamento à margem mais próxima inferior a 20 metros

8. Quais as medidas e ações definidas para a concretização do PEAF?

O **Programa de Execução e Plano de Financiamento** do PEAF inclui uma componente operacional do programa, na sequência do regime de proteção e de gestão estabelecido pelo Modelo Territorial, em conjunto com as Diretivas e o Regulamento de Gestão (ou seja, as normas e a sua espacialização). Esta componente operacional é conseguida através da definição de um conjunto de intervenções (medidas e ações) que visa responder a necessidades colocadas por esse regime proteção e gestão.

As intervenções definidas estão orientadas para o prazo de vigência do PEAF, de 10 anos, sendo priorizada a necessidade da sua execução, estimados os investimentos necessários, identificados os potenciais financiamentos, bem como as entidades responsáveis por cada ação. São sintetizadas no quadro seguinte, por área estratégica e tema relevante para o PEAF, sendo ainda explicados os objetivos que levaram à sua definição.

Quadro 5 – Medidas e ações do programa de execução, por área estratégica e tema

Áreas estratégicas	Temas relevantes	Objetivos	Ações / medidas
I. Albufeira e recursos hídricos associados	I.1. Pressões sobre as massas de água	Reduzir as pressões sobre a albufeira e restantes massas de água	I.1.1. Redução da poluição difusa associada à agricultura e silvicultura
			I.1.2. Redução da erosão hídrica do solo associada a incêndios
			I.1.3. Melhoria de infraestruturas de águas residuais
	I.2. Gestão do plano de água da albufeira	Ordenar e delimitar o plano de água da albufeira para garantir a sua utilização de acordo com o modelo territorial	I.2.1. Sinalização e delimitação dos níveis de proteção previstos no modelo territorial
	I.3. Recuperação de habitats e tratamento da zona interníveis	Proteger ou promover os habitats com relação direta com os recursos hídricos, bem como promover o tratamento da zona interníveis da albufeira	I.3.1. Intervenção em galerias ripícolas em áreas críticas
			I.3.2. Minimização de efeitos ambientais e visuais negativos da zona interníveis

Áreas estratégicas	Temas relevantes	Objetivos	Ações / medidas
2. Zona terrestre de proteção	2.1. Sistemas naturais e proteção da albufeira	Promover as funções de proteção da zona reservada e a salvaguarda da barragem e órgãos da albufeira	2.1.1. Sinalização e delimitação da zona de respeito da barragem
			2.1.2. Potenciação das funções de proteção da zona reservada
	2.2. Áreas de recreio e lazer e infraestruturas de apoio às atividades secundárias	Promover áreas de recreio e lazer que respeitem as características biofísicas do território	2.2.1. Sustentabilidade das intervenções em áreas de recreio e lazer
			2.2.2. Sustentabilidade das intervenções em zonas afetadas à prática balnear
			2.2.3. Sustentabilidade das infraestruturas de apoio à pesca
	2.3. Turismo	Garantir a sustentabilidade das possíveis intervenções de carácter turístico	2.3.1. Sustentabilidade da valorização de recursos hidrominerais
			2.3.2. Sustentabilidade da valorização turística através de parques de campismo
			2.3.3. Sustentabilidade da valorização turística através de outros empreendimentos turísticos
3. Riscos	3.1. Informação, redução de áreas com riscos e intervenções de emergência	Garantir a sinalização de áreas de risco, bem como desenvolver ações para redução de riscos existentes	3.1.1. Proteção do solo em áreas com elevado risco de erosão hídrica
			3.1.2. Sinalização de situações de risco de instabilidade de vertentes na zona terrestre de proteção
			3.1.3. Medidas de emergência para áreas vulneráveis e de risco
			3.1.4. Meios aquáticos de emergência

Áreas estratégicas	Temas relevantes	Objetivos	Ações / medidas
4. Governança e conhecimento	4.1. Articulação de entidades	Acautelar a articulação dos atores responsáveis pela gestão da albufeira e por intervenções que possam ser compatíveis com o PEAFT	4.1.1. Quadro de governança do PEAFT
			4.1.2. Articulação com intervenções previstas noutros âmbitos
	4.2. Monitorização	Monitorizar ou seguir os resultados das monitorizações que já são efetuadas para garantir a prossecução dos objetivos estratégicos do PEAFT	4.2.1. Monitorização da qualidade da água
			4.2.2. Monitorização de zonas com vulnerabilidade à instabilidade de vertentes
			4.2.3. Monitorização do PEAFT
	4.3. Fiscalização	Garantir a fiscalização da albufeira e da zona terrestre de proteção quanto ao normativo específico previsto nas diretivas	4.3.1. Fiscalização dos usos e atividades na área do PEAFT
			4.3.2. Plataforma para registo de embarcações na albufeira
	4.4. Conhecimento	Desenvolver estudos que fomentem o conhecimento na área do PEAFT	4.4.1. Modelo de hidrodinâmica e qualidade da água na albufeira
	4.5. Divulgação / educação / sensibilização	Garantir a divulgação, ao público e utilizadores da área do PEAFT, dos aspetos relativamente aos quais estes podem interferir de forma positiva na prossecução dos objetivos estratégicos do PEAFT	4.5.1. Divulgação de património, valores naturais e riscos
			4.5.2. Divulgação de práticas agrícolas sustentáveis
			4.5.3. Divulgação para gestão sustentável da água

Anexo – Desenhos

Desenho 1. Área do PEAFT e enquadramento administrativo

Modelo territorial